



REVISTA  
Casa da

ISSN 2316-8056

**GEOGRAFIA**  
de Sobral

## O PROCESSO DE ESPACIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA EM ALAGOAS

The process of specialization of the movement of landless rural workers in Alagoas

El proceso de espacialización del movimiento de trabajadores rurales sin tierra en Alagoas

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v24.919>

Rodrigo Gomes de Santana<sup>1</sup>

Paulo Rogério de Freitas Silva<sup>2</sup>

### Histórico do Artigo:

Recebido em 02 de abril de 2023

Aceito em 30 de junho de 2023

Publicado em 17 de julho de 2023

### RESUMO

A Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas, é um reflexo da questão agrária brasileira, onde a terra torna-se um mecanismo de reprodução do capital. O presente artigo tem como objetivo analisar o processo de espacialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) na Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, como nascedouro deste movimento social no estado de Alagoas, compreendendo as especificidades do método e das formas de espacialização. Como procedimentos metodológicos, realizamos um apanhado conceitual em torno dos conceitos da temática como, organização espacial, espaço, território e movimentos sociais. Por fim, a pesquisa fundamentou-se em compreender o processo de espacialização do MST no estado de Alagoas a partir da análise de escritos e obras sobre o tema, tendo como referência e ponto de partida a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia.

**Palavras-chave:** Organização espacial. Espaço. Movimento social. Camponês.

### ABSTRACT

The Immediate Geographic Region of Delmiro Gouveia, Alagoas State, is a reflection of the Brazilian agrarian question, where the land becomes a mechanism for the reproduction of capital. This article aims to analyze the process of spatialization of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the Immediate Geographical Region of Delmiro Gouveia, as the birthplace of this social movement in the state of Alagoas, understanding the specifics of the method and forms of spatialization. As methodological procedures, we carried out a conceptual overview around the concepts of the theme such as spatial organization, space, territory and social movements, finally, the research was based on understanding the process of spatialization of the MST in the state of Alagoas from the

<sup>1</sup> Mestrando do Mestrado Acadêmico em Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: rodrigo.santana@igdema.ufal.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1902-0402>

<sup>2</sup> Professor titular do curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Email: paulo.silva@igdema.ufal.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1570-6391>

analysis of writings and works on the subject, having as reference and starting point the Immediate Geographic Region of Delmiro Gouveia.

**Keywords:** Spatial organization. Space. Social movement. Farmer.

### RESUMEN

La Región Geográfica Inmediata de Delmiro Gouveia, en el estado de Alagoas, es un reflejo de la cuestión agraria brasileña, donde la tierra se convierte en un mecanismo de reproducción del capital. Este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de espacialización del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en la Región Geográfica Inmediata de Delmiro Gouveia, como cuna de este movimiento social en el estado de Alagoas, comprendiendo las especificidades del método y las formas de espacialización. Como procedimientos metodológicos, realizamos un recorrido conceptual en torno a conceptos temáticos como organización espacial, espacio, territorio y movimientos sociales. Finalmente, la investigación se basó en comprender el proceso de espacialización del MST en el estado de Alagoas a partir del análisis de escritos y obras sobre el tema, teniendo como referencia y punto de partida la Región Geográfica Inmediata de Delmiro Gouveia.

**Palabras clave:** Organización espacial. Espacio. Movimiento social. Agricultor.

### INTRODUÇÃO

O espaço do campo brasileiro é marcado pela alta concentração de terras que caracteriza a questão agrária, quando a terra se torna um mecanismo de reprodução do capital devido ao processo desigual de centralização fundiária desde a sua formação territorial. É sabido que as desigualdades na distribuição de terras contribuem para a retroalimentação dos conflitos no campo e estes por sua vez dão o tom da luta social e organizada dos camponeses, pois quando os movimentos sociais organizados se espacializam eles são detentores dos métodos de sua ordem de espacialização.

No estado de Alagoas explicita-se e ressoa o *modus operandi* da questão agrária brasileira, e neste contexto, o fenômeno da concentração de terras, historicamente reflete em graves problemas socioeconômicos, pois a centralização de terras presente no estado, replica em problemas socioeconômicos no espaço agrário, tal como indica Carvalho (2012, p. 19), “A estrutura fundiária é uma das marcas mais fortes do atraso do setor rural no Estado de Alagoas.

No que se refere ao semiárido alagoano, a concentração fundiária é contestada por camponeses sem-terra que mobilizaram-se em torno da organização coletiva e transformaram essa região em um espaço pioneiro na mobilização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) fazendo da cidade de Inhapi, o berço do movimento no estado, com advento do primeiro encontro regional do MST em Alagoas no ano de 1986, após a participação do sindicato dos trabalhadores rurais do citado município, no Primeiro Congresso Nacional do MST, ocorrido em 21 de janeiro de 1984.

A partir dessas considerações iniciais, apontamos que neste estudo, buscamos analisar o processo de espacialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra na Região Geográfica Inmediata de Delmiro Gouveia, Alagoas, conforme figura 1, procurando compreender as especificidades do método e das formas de espacialização.

A escolha do recorte espacial e do objeto de estudo surgiu na necessidade de compreender o processo de espacialização dos movimentos sociais de luta pela terra como elemento contraditório e sobretudo resistente as forças capitalistas, apropriação da terra e expropriação dos camponeses. A resistência do campesinato se faz pelos seus métodos de espacialização na busca pela reforma agrária e a recriação camponesa que se realiza seguindo os seus modos de produção quando possibilitado o seu acesso à terra.

O presente trabalho é fruto de pesquisas realizadas no curso de mestrado do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, sendo resultado de um processo de pós qualificação. Diversos conceitos são trabalhados nesse artigo como: espaço, território, organização espacial, movimentos socioespaciais, movimentos sociais e questão agrária, com base em estudos de autores como: Souza (2021), Santos (2006) Fernandes (2005), Porto-Gonçalves (2020), Corrêa (2020) e Matins (1981).

**Figura 1: Regiões geográficas imediatas de Alagoas.**



Para a estruturação do trabalho realizamos de início a análise dos conceitos de espaço geográfico, organização espacial e território. Então dividimos a discussão em três tópicos: no primeiro relacionamos os movimentos sociais na Geografia para compreender a sua afinidade com o espaço,

sua organização espacial e compreender o modo como estes se espacializam; no tópico seguinte analisamos o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, como movimento de luta pela terra e os seus métodos de espacialização a partir das ocupações de terra nos municípios que compõem a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, Alagoas; por fim, apresentamos os resultados, compreendendo a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia (uma vez que o município de Delmiro Gouveia foi espaço da primeira ocupação de terras), e a sua presença enquanto força popular organizada em Alagoas.

## **OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA GEOGRAFIA: OS DEBATES EM TORNO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO, DA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E DO TERRITÓRIO**

Acreditamos ser necessário entender primeiramente dois conceitos da geografia muito importantes para o debate sobre os movimentos socioterritoriais e socioespaciais: o Espaço e o Território. Trataremos primeiramente do Espaço, como um conceito amplo, necessário de ser analisado para a compreensão do tema. De início destacamos, conforme Fernandes (2005, p.24) [...], que, “é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços”.

Os movimentos sociais do campo, lutam pela conquista da terra a partir da metodologia de ocupação de terras improdutivas que não cumprem a sua função social, reivindicando o que está previsto no Inciso XXIII do Artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido o espaço é transformado pelas relações sociais produzidas pelos camponeses em movimento. Entender o espaço como categoria é compreender o processo inicial realizado pelo MST enquanto movimento social em sua ação preliminar de espacialização como produção de espaço material e imaterial.

Nesse contexto, as relações sociais produzem o espaço e sua composição, sendo formado pelos elementos da natureza e as relações humanas a partir de elementos culturais, sociais, políticos e econômicos. Para Fernandes (2005, p. 26) a produção do espaço se configura da seguinte forma:

O Espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da *completividade*. Por causa dessa qualidade, o espaço social complementa o espaço geográfico. O mesmo acontece com

todos os outros tipos de espaços. Esse é o caráter da *composicionalidade*, em que as dimensões são igualmente espaços completos e *completivos*.

Fernandes (2005, p. 26) traz a ideia de completividade para o espaço geográfico, sendo a qualidade de ser um todo mesmo sendo uma parte, ou seja, formado por elementos naturais, pelos sujeitos e suas relações. Fernandes (2005, p. 26) apresenta também a noção de composicionalidade para a sua compreensão: “compreende e só pode ser compreendido em todas as dimensões que o compõem”, então é necessário entender o espaço como uma dimensão da realidade humana.

Santos (2006) entende o espaço como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, explica ainda que está considerado como um quadro único no qual a história se dá. Ainda, Santos (2006) descreve que no começo o espaço era a natureza selvagem formado por objetos naturais e ao longo do tempo foram sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e depois cibernético, assim a natureza artificial passou a funcionar como máquina, com a presença de objetos técnicos como hidrelétricas, fábricas, portos. Desse modo o espaço é fabricado com um conteúdo extremamente técnico.

Fruto das análises e estudos em torno da categoria de espaço geográfico, é importante pensar na organização espacial, que para Corrêa (2000, p. 55) é “o conjunto de objetos criados pelo homem dispostos sobre a superfície da Terra”, seria então a divisão espacial do trabalho que realiza o processo de criação dos objetos, seja pela infraestrutura técnica e social. Contudo, Souza (2021, p. 37) “atenta que é muito restritivo limitar a organização espacial apenas aos “objetos criados pelo homem”, é importante então pensar na organização espacial incluindo as formas espaciais não criadas pela sociedade. Souza (2021, p.38) completa a sua análise descrevendo que:

[...] seria empobrecedor restringir a organização espacial tão somente a materialidade do espaço, ou seja, às estruturas diretamente tangíveis. As malhas territoriais, com suas fronteiras e divisas, seja entre entidades territoriais estatais (entre blocos internacionais de poder, entre países, entre estados ou províncias, entre municípios etc.), seja entre territórios não estatais (limites territoriais entre gangues de jovens ou quadrilhas de criminosos, por exemplo), por acaso não constituem expressões de organizações espaciais determinadas?

Também, Souza (2021) deixa claro que a organização espacial é espaço de mudanças constantes, os objetos criados pelo homem fazem parte da delimitação do conceito, no entanto é importante compreender as especificidades espaciais para constatar que os elementos não criados pelo homem também podem compreender a organização espacial, se a análise do conceito seguir esta abordagem é possível vislumbrar a totalidade da ideia.

É de grande valia corroborar que o processo de constituição da organização espacial perpassa por diversos sujeitos que compõem a sociedade como um todo, assim como os movimentos socioespaciais. Seguimos então o diálogo da organização espacial a partir da perspectiva da geografia dos movimentos sociais. Pensar a geografia em torno dos movimentos de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, é evidenciar a organização do espaço de acordo com a ação popular, que aparelha-se e mobiliza-se em torno da luta por terra, como é o caso dos movimentos camponeses, onde a sua espacialização permite uma nova ordem espacial.

Abordamos os conceitos de território sendo uma extensão terrestre, mas que inclui uma relação de poder, de posse de algum grupo sobre essa extensão terrestre. Nas palavras de Geiger (1998, p. 235) no que se refere à formação do território:

Historicamente, populações ligadas por razões sanguíneas ou laços culturais se fixaram sobre determinadas áreas geográficas, quando se tornaram sedentárias. A agricultura se tornou a base econômica e as populações procuravam controlar uma boa extensão de terra arável, criando seus territórios.

O território é uma parcela do espaço geográfico formado a partir das relações de poder. Ao se apropriar do espaço o sujeito o territorializa, sendo o território concretizado a partir do espaço. Para Andrade (1998, p. 213) o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, ligando a uma ideia de gestão de uma determinada área, para ele o território deve estar ligado sempre: “[...] a ideia de território à ideia de poder, que se faça referência ao poder público, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas”.

Destacamos que é necessário também discutir os conceitos de espacialização e territorialização, já que Martin e Fernandes (2004, p. 07) diferenciam bem estas ações:

Do mesmo modo que o território não é a mesma coisa que o espaço, há também que distinguir, cuidadosamente, os processos de espacialização e territorialização. Espacialização é o processo do movimento concreto da ação e sua reprodução no espaço e no território. É expansão, multidimensionamento e reprodução contínua do espaço político. Territorialização é o processo de reprodução, recriação e multiplicação de frações do território.

Nesse contexto, destacamos que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra produz espacialização por meio das ocupações, que levam a transformação do espaço em território, que seria territorialização com a conquista da terra. São processos distintos, porém se completam, uma vez que se concebe o primeiro para que aconteça o segundo. Martin e Fernandes (2004, p. 08) exemplificam as

ações a partir do MST, que caracteriza o movimento “A ocupação, como prática socioespacial e territorial radical, caracteriza fortemente o processo de formação do MST”.

Diversos movimentos sociais constroem e produzem espaço, espacializam e possuem espacialidade a partir da ação política e de sua atuação. Na geografia os movimentos sociais são analisados a partir das ações socioespaciais e socioterritoriais. Tal fato diferencia-se dos estudos e formulações de conceitos dos movimentos sociais a partir dos estudos dos sociólogos, na geografia busca-se analisar a produção do espaço e os territórios conquistados. Martin e Fernandes (2004, p. 9) esclarecem e diferenciam o estudo dos movimentos sociais na geografia que segundo os autores:

Geógrafos e sociólogos se preocupam com os movimentos sociais de diferentes maneiras. Ambos querem compreender as ações e os seus resultados na transformação da realidade em questão. Mas, procuram ver de pontos diferenciados. Os sociólogos têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma parte da realidade que são as dimensões sociopolíticas e culturais. Os geógrafos também têm os movimentos sociais como objeto de análise, pesquisando uma outra parte da realidade que são as dimensões socioespaciais e socioterritoriais.

A partir desta concepção destaca-se a ideia de compreender os movimentos sociais a partir do olhar geográfico como movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais, pois produzem espaço, no primeiro caso, assim como conquistam território. Martin e Fernandes (2004, p. 9) analisam o conceito de movimentos socioespaciais como as diferentes dimensões do espaço geográfico, estas dimensões podem ser sociais, políticas, econômicas, culturais e ambientais. Os movimentos socioespaciais têm o espaço como trunfo, este conceito é utilizado para compreender a produção do espaço.

Um bom exemplo dessa discussão está nas ocupações de terras promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra na Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia no estado de Alagoas, que deixa evidente nesse método utilizando a função do espaço como trunfo, sendo imprescindível para compreender a sua produção, quando há a formação do acampamento, torna-se uma ação socioespacial. A partir do momento que ocorre a conquista da terra, esses acampamentos tornam-se assentamentos, é a terra agora como território, ocorrendo assim a territorialização de um movimento que promove uma organização espacial. Os movimentos socioterritoriais como descreve Martin e Fernandes (2004, p. 10), concebem o território como trunfo, a existência dos movimentos socioterritoriais está totalmente vinculada ao território, a citar como exemplo o Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST que está ligado a conquista de terra de trabalho.

Destarte, é importante compreender que mesmo com a conquista da terra, os conflitos continuam a existir, pois o capital utiliza-se de outros mecanismos para se apropriar do que é produzido

pelo trabalho camponês, a terra não é capital, ela apenas opera como se fosse. O MST relaciona-se com a terra como possibilidade central de reprodução do modo de vida camponês, já o capital produz renda da terra a partir de diversos mecanismos de concentração e dominação capitalista. Martins (1981, p. 159) descreve que “[...] o capital é produto do trabalho assalariado. Já a terra não é produto, nem do trabalho assalariado nem de nenhuma outra forma de trabalho”, assim é importante evidenciar que a terra é um bem que não pode ser reproduzido. Segundo Martins (1981) O capital busca a “terra de negócio” acumulando capital a partir de sua renda, já o camponês luta por “terra de trabalho”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra hoje é fruto de uma série de acontecimentos que envolvem os camponeses no Brasil, A Comissão Pastoral da Terra realizou em 1982 o Encontro Nacional da CPT em Goiânia que diagnosticou a necessidade da criação de um movimento nacional do Sem-Terra, autônomo e a parte da CPT. Em 1984 acontece em Chapecó, o Primeiro Congresso dos Sem – Terra do Estado de Santa Catarina, em 1985 em Curitiba realizou-se o Primeiro Congresso dos Sem-Terra do Estado do Paraná.

Gohn (2013, p. 136) descreve bem o momento da criação do MST a partir do Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:

Esse congresso criou oficialmente o Movimento dos Sem-Terra em âmbito nacional. 1.500 delegados representando 20 estados elaboraram uma pauta nacional de reivindicações que envolvia a demanda por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. Todas as propriedades com área acima de 500 hectares deveriam ser abolidas e deveriam ser distribuídas e as multinacionais expropriadas. O Estatuto da Terra deveria ser abolido e deveriam ser criadas novas leis com a participação dos trabalhadores. O lema: “Terra não se ganha, se conquista” foi criado para ser o chamamento à mobilização para as ocupações de terras ociosas ou públicas, denominadas de “invasões” pelos órgãos de comunicações e pelo governo.

O MST nasceu oficialmente em 1985 no Primeiro Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra que aconteceu na cidade de Curitiba/PR, com três objetivos principais de luta: luta pela terra, luta pela reforma agrária e luta por mudanças sociais no país.

A partir da ação de ocupação de terras o MST consegue se organizar mais efetivamente, pois traz para o movimento nos camponeses mobilizados as ideias recorrentes das relações sociais. É a classe camponesa desafiando o Estado que sempre atendeu os interesses da classe burguesa que por sua vez criminaliza as ocupações reduzindo-as a invasões, a partir de ações de ocupação é que o Estado passa a atender os camponeses e apresentar políticas para minimizar as expropriações dos trabalhadores do campo. Os camponeses sem-terra e os posseiros são os principais agentes das ocupações de terra, entretanto realizados de formas distintas, os sem-terra buscam combater a elite

agrária ocupando os latifúndios, as terras improdutivas, já os posseiros ocupam terras nas áreas de expansão.

Fernandes (2000, p. 67) explica que:

Os posseiros ocupam terras, predominantemente, nas faixas das frentes de expansão, em áreas de fronteira. Com o avanço da frente pioneira, ocorre o processo de expropriação desses camponeses, desenvolvido principalmente pela grilagem de terra por latifundiários e empresários. Os sem-terra ocupam terras, predominantemente, em regiões onde o capital já se territorializou. Ocupam latifúndios – propriedades capitalistas – terras de negócio e exploração - terras devolutas e/ou griladas. As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração. Essa diferença é fundamental, porque o grileiro, o latifundiário, o empresário chegam onde o posseiro está. Os sem-terra estão ou chegam onde o grileiro, o latifundiário, o empresário estão.

Identificamos, então, os sem-terra como povos do campo em busca de uma melhor relação sociedade-natureza sendo sujeitos combativos da elite agrária e do capitalismo no campo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST é um organismo muito importante para a conquista dos direitos dos camponeses, seus trabalhos de base e suas ações de ocupação são práticas fundamentais para a construção de uma justiça social no campo.

## **A REGIÃO GEOGRÁFICA IMEDIATA DE DELMIRO GOUVEIA COMO NASCEDOURO DO MST EM ALAGOAS**

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra enquanto movimento social de luta pela terra promove uma transformação societária que é ao mesmo tempo geográfica. Porto-Gonçalves (2020, p. 27) afirma que “São as transformações sociais que promovem, no mesmo processo, as transformações na ordem espacial” sendo assim os movimentos sociais adquirem um papel de grande importância por trazerem a perspectiva de transformação geográfica.

Porto-Gonçalves (2020, p.27) elucida que:

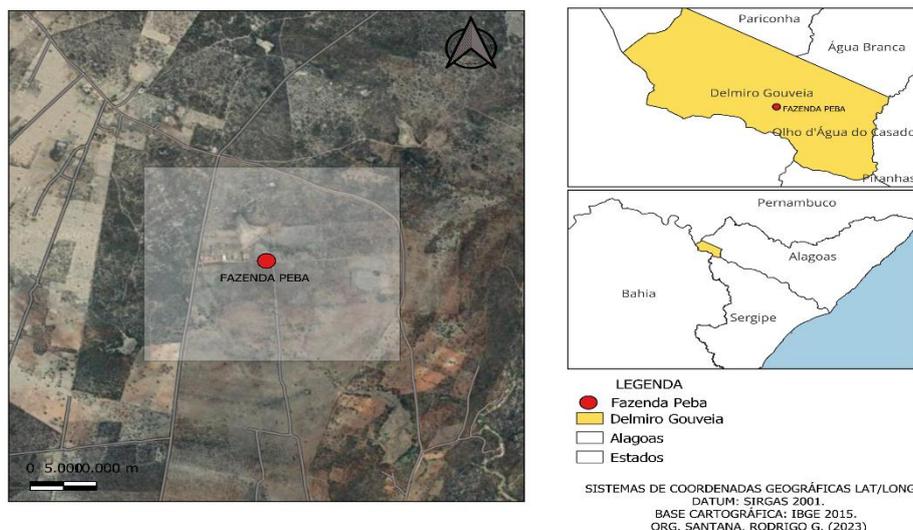
o estudo dos movimentos sociais ganha relevância, até porque movimento é mudança de lugar e, sendo assim, os movimentos sociais indicam uma recusa, por parte daqueles que se constituem como movimento social, do lugar que uma determinada ordem social os colocou. Sendo assim, todo movimento social é portador, em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. É por isso que o pensamento conservador, isto é, aquele que quer conservar a ordem social, chama aos movimentos sociais de desordeiros, procurando assimilar a contestação da ordem que querem manter (da sua ordem) à desordem.

Alagoas é um estado marcado pela desigualdade no campo, segundo Carvalho (2012, p. 19) “[...] A estrutura fundiária é uma das marcas mais fortes do atraso do setor no estado”, a questão agrária provoca desigualdade no campo, estando presente em todo estado em diversas proporções. Cosme (2020, p.165) evidencia que no “Sertão alagoano tivemos também a presença do latifúndio, ... na forma de grandes fazendas – os currais de gado –, de produção de algodão e espaços pontuais de exploração da cana-de-açúcar, como no município de Água Branca. Ainda, Cosme (2020, p165) destaca que esses grandes proprietários de terras do Sertão usavam de artifícios para burlar a lei de reforma agrária, pois, “por receio das ocupações de terras e de seus imóveis serem declarados como improdutivos, muitos proprietários dividiram seus latifúndios entre seus familiares”. Porém, o campesinato alagoano resistiu e foi no Sertão que ocorreu a primeira ocupação de terras do MST.

A Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia foi o território protagonista do nascimento do MST no estado de Alagoas, a constituição do MST brotou a partir da presença do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapí no 1º Congresso Nacional do MST, tornando-se responsável pelo nascimento do movimento em Alagoas.

Atestamos que foi no ano de 1986 que se realizou o encontro regional que discutiu as formas de lutas no estado. (Morissawa, 2001). Em janeiro de 1987, aconteceu a primeira ocupação de terra do MST na fazenda Peba no município de Delmiro Gouveia, conforme figura 2. A ocupação da fazenda partiu de um conflito entre o grileiro e 66 famílias que haviam feito um arrendamento informal de parte da fazenda no ano de 1985. Nesta época o Governo apresentou o Plano Nacional da Reforma Agrária e o arrendamento foi uma forma que o grileiro achou para tentar se livrar da desapropriação, já que se tratava de terras devolutas e que não estavam sendo utilizadas. A área não foi declarada pelo INCRA para fins de reforma agrária, no meio do arrendamento o grileiro com o objetivo de expulsar os camponeses colocou o gado nas roças de milho, feijão, batata e arroz dos camponeses que assistiram suas roças serem invadidas (FERNANDES, 2000 p.106).

**Figura 2: Fazenda Peba – Delmiro Gouveia.**



**Elaborado por: SANTANA, 2023.**

É importante evidenciar que o MST utiliza a ocupação de terras como parte de seu trabalho de base dentro da metodologia do movimento. A ocupação é um processo de espacialização e territorialização da luta pela terra, assim é possível ter uma forma de buscar o acesso à terra. O campesinato resiste e se recria a partir do trabalho e modo de vida camponês. Fernandes (2000, p.280) explica que “outra forma de recriação do campesinato é por meio da ocupação da terra” e ainda conclui que: “A ocupação é, portanto, uma forma de materialização das lutas de classe”.

O processo de ocupação da Fazenda Peba teve seus desdobramentos como aponta Fernandes (2000, p. 107):

Os camponeses-redeiros resistiram e o grileiro propôs uma indenização. As famílias não aceitaram e a polícia começou a intimidar os lavradores. Em novembro de 1986, foram intimados a comparecer em uma audiência em Maceió. O grileiro tornou-se presidente da UDR da região e passou a utilizar seu poder político para resolver a questão de acordo com os seus interesses.

Por conta das constantes ameaças algumas famílias abandonaram a área, mas a maioria permaneceu resistindo. Os trabalhadores em uma ação conjunta com o Sindicato dos Trabalhadores do Campo de Delmiro Gouveia organizaram cinquenta e oito famílias e ocuparam a fazenda Peba em um ato de apoio aos redeiros resistentes para que pudessem conquistar a terra. No dia seguinte o juiz foi pessoalmente a fazenda e avisou verbalmente que desocupassem as terras, houve resistência, entretanto a polícia conseguiu efetivar o despejo (FERNANDES, 2000 p. 107).

Em um novo ato de resistência os camponeses acamparam na estrada próxima a fazenda e passaram a denunciar a situação, no mês de maio de 1986 os camponeses conseguiram êxito, com o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário desapropriando as terras e assentando os acampados. Em 1987 o MST realizou mais uma ocupação, agora na fazenda Lameirão, em Delmiro Gouveia e passou a negociar a desapropriação das terras. (FERNANDES, 2000 p.107).

Atestamos que em fevereiro de 1988 setenta famílias sem-terra ocuparam novamente a fazenda Pebá, como o INCRA ainda não tinha se pronunciado com relação a desapropriação, em abril do mesmo ano as famílias ocuparam a Secretaria de Agricultura do Estado em Maceió, tendo como reivindicações alimentação, sementes e, em audiência com o INCRA, conseguiram então cestas básicas para as famílias por dois meses e sementes para o plantio.

Fernandes (2000, p.108) descreve o desfecho para estas lutas travadas e ações do MST no sertão alagoano:

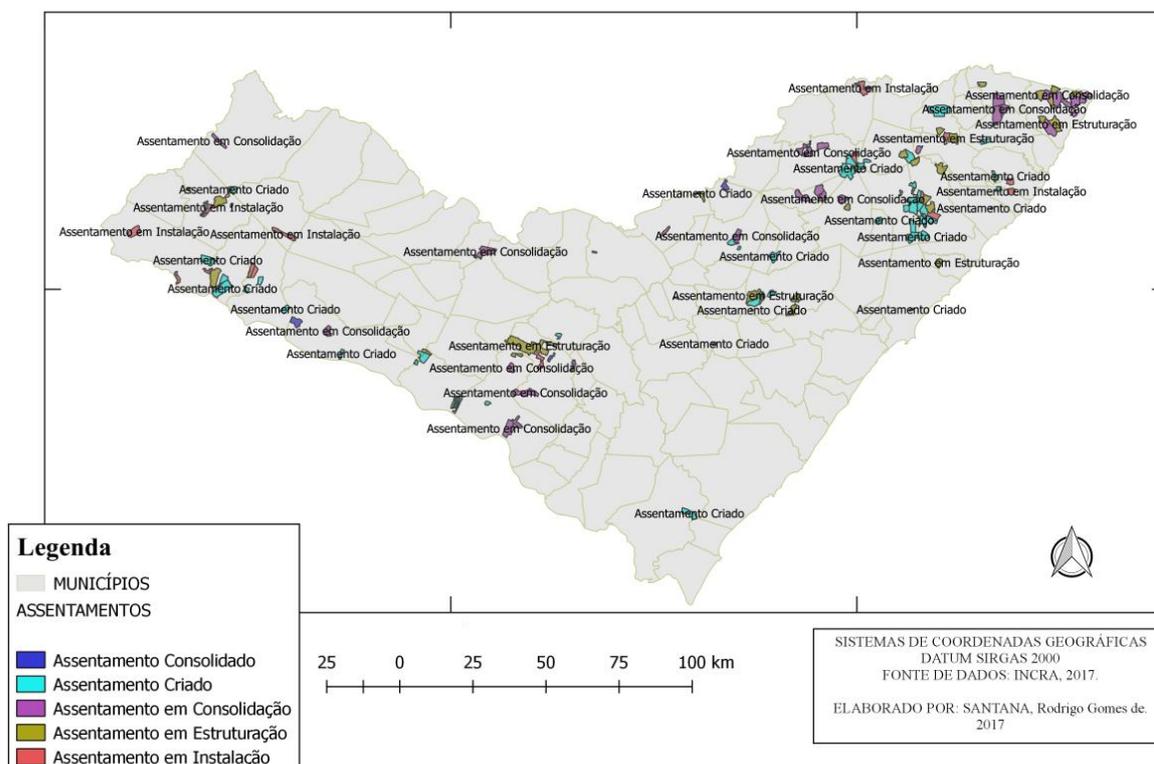
[...] O grileiro havia desmembrado a fazenda Pebá e havia vendido pequenas áreas, de modo que se livrou da desapropriação e acabou por vender uma parte da área para o governo. Os trabalhadores também pressionaram o Incra para a desapropriação da fazenda Lameirão de 1600ha. Em dezembro de 1988, a CPT, o MST e a CUT realizaram a Primeira Romaria da Terra do Estado de Alagoas, quando participaram duas mil famílias em União dos Palmares. A caminhada terminou no alto da serra, onde está a estátua de Zumbi. Nesse lugar, celebraram a luta pela terra, as conquistas e a resistência.

A luta dos camponeses foi constante, na mesma medida a repressão da elite agrária do estado. Sendo assim, o sertão de Alagoas foi território protagonista para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado, pois, marcado pelo latifúndio e a alta concentração de terras, o estado de Alagoas é palco constante de conflitos no campo. O coronelismo mascara as resistências e luta pela terra dos camponeses, a violência é marcada pelos pistoleiros e pela ação da polícia. Na medida em que o movimento se organizava a polícia passou a compreender que não podia tratar mais os camponeses com os recursos da violência bruta. (FERNANDES, 2000 p.98).

Destacamos que O MST passou a se expandir pelo restante do Estado e os assentamentos são marcas dessa expansão, pois são frutos das lutas dos camponeses organizados, conforme figura 3. O MST criou em Maceió a Secretaria Regional do Nordeste, que foi referência para a região. Em 1989 o movimento ocupou o latifúndio Lagoa da Serrinha no município de Penedo que foi grilado pelo então governador Moacir Andrade, porém foram despejados; no Agreste, o movimento ocupou a fazenda Lage em Taquarana com 230 famílias em luta, os dirigentes foram torturados pela polícia, mas as famílias resistiram e a polícia resolveu negociar; na Zona da Mata, o MST ocupou a fazenda Boa Vista em primeiro

de maio de 1989, as terras eram de propriedade da usina Maciape que faluiu e as terras estavam desapropriadas, havia cultivo de cana na área arrendada, as famílias enfrentaram os pistoleiros e conquistaram as terras onde foram assentadas (FERNANDES, 2000 p. 108).

**Figura 3:** Mapa dos assentamentos rurais do estado de Alagoas.



Elaborado por: SANTANA, 2017.

O processo de espacialização do MST no estado de Alagoas partiu, sobretudo, das ocupações realizadas na Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia, esse procedimento provoca a fase inicial do processo de espacialização do movimento. Fernandes (2000, p. 61) elucida que “A ocupação é um processo socioespacial e político complexo que precisa ser entendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação”. Ocupar é um ato que exige coragem, articulações sistemáticas e pactuação social em função de um mesmo objetivo dos envolvidos que vem da necessidade da luta por terra. Fernandes (2000, p. 61) certifica que “A ocupação se desenvolveu nos processos de espacialização e territorialização, quando são criadas e recriadas as experiências de resistência dos sem-terra”. A ocupação é mais que uma espacialização é a práxis da ideia de pressionar o Estado que causa grande impacto político, pois envolve além do Estado o embate com as elites agrárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela reforma agrária é a principal bandeira de luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST por conta da questão agrária brasileira que é calcada principalmente na alta concentração de terras nas mãos de poucos. O estado de Alagoas é conhecido pela grande concentração fundiária que ainda hoje é presente. Na Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia - Alagoas, a luta pela reforma agrária é necessária para que se possa ter uma democratização do acesso à terra e para que possamos ter um espaço agrário mais igualitário com mais oportunidades para os camponeses em seu modo de vida.

Os camponeses organizados nos movimentos sociais são sujeitos que promovem espacialização por meio da luta organizada e a Região Geográfica Imediata de Delmiro Gouveia se torna pioneira da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado. Esse movimento social se espacializa por meio das ocupações de terra que se tornam meio central da mobilização pela reforma agrária em um espaço geográfico desigual, onde a terra é concentrada e torna-se um mecanismo de reprodução do capital. A presença do MST na Região Geográfica Imediata se faz necessária, pois promove mudanças na organização espacial neste recorte geográfico trazendo possibilidades de mitigação dos males da concentração de terras.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manoel Correia de. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades**: os limites do poder nacional e do poder local. Território globalização e fragmentação. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 fevereiro de 2023.
- CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia Popular**: uma via de modernização para Alagoas. 1 ed. Maceió: Edufal, 2005.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 2000.
- COSME, Claudemir Martins. **Resistência do campesinato em meio à contrarreforma agrária no Brasil**: da luta pela terra à luta para permanecer nos territórios dos assentamentos rurais no Sertão de Alagoas - Fortaleza: EdUECE, 2020.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** – Ano 8, N. 6 – Jan./Jun. 2005.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000. A.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes. 2000. B.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e Espacialização. **Território globalização e fragmentação**. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a contribuição da cidadania dos brasileiros. 1 ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular. 2001. 256p.

MARTIN, Jean Yves. FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Socioterritorial e Globalização: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Organização do espaço: objeto de estudo, objeto de desejo. LIMONAD, Ester, BARBOSA, Jorge Luiz (orgs.) et al. **Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos**. São Paulo. Max Limonad, 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** / Milton Santos. - 4. ed. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.